

José Mouraz Lopes, *No Rescaldo da Guerra. Alemães nas Caldas da Felgueira (1945-1948)*, Edições 70, 2024, 176 p., ISBN 9789724428642.

José António Mouraz Lopes é juiz-conselheiro no Tribunal de Contas e Doutor em Direito (Direito, Justiça e Cidadania) pela Universidade de Coimbra. É também investigador colaborador do Centro de Estudos Sociais dessa Universidade. Exerceu funções de docência no Centro de Estudos Judiciários e conta com dezenas de publicações na área do direito. Este livro trata-se da primeira publicação do autor na área da História, nomeadamente, na História Contemporânea, e aborda a presença, entre os anos de 1944 e 1948, em várias regiões de Portugal, nomeadamente na localidade termal de Caldas da Felgueira, na Beira Alta, de cidadãos alemães (não refugiados) com ligações, pessoais e profissionais, ao regime nazi. Ainda que tenham vindo até território nacional à guarda de um acordo de repatriamento (seriam trocados, em território neutro, por cidadãos argentinos que se encontravam na Alemanha), o Allied Control Committee (ACC), responsável pelo processo de desnazificação da Europa, face às dificuldades resultantes do conflito, que foram impedindo o processo, pressionou constantemente Salazar no sentido de acelerar a troca dos 284 diplomatas, funcionários da Legação e dos consulados alemães e suas famílias (mulheres, crianças e as suas amas – “niñeras”) procedentes da Argentina, aquando do corte de relações deste país com a Alemanha.

O livro, embora fundamentado numa metodologia quantitativa e de exposição cronológica dos factos, sendo por isso mais narrativo e menos crítico historiograficamente, tem relevância pois trata-se da primeira obra publicada sobre esta temática. O autor utilizou e cruzou, fundamentalmente, fontes impressas (periódicos e relatórios de arquivo) e espólios documentais de arquivos nacionais (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças), distritais (Arquivo Distrital de Viseu) e municipais (Arquivo Municipal de Nelas), além de ter recorrido à História oral e a documentos fotográficos. Com isso, pretendeu analisar o percurso interno desse grupo de alemães, a sua distribuição em localidades termais, a sociabilidade, o controlo da polícia política, bem como, as razões que levaram Portugal a subsidiar a sua estada ao longo destes anos, atitude radicalmente diferente da adotada para com os refugiados, judeus e não-judeus, poucos anos antes.

O livro encontra-se dividido e organizado em 8 capítulos, além do prefácio, da autoria de António Araújo, da introdução, fontes, bibliografia, 4 anexos documentais e agradecimentos. O grupo – “envolvidos no processo de troca

entre as autoridades argentinas, britânicas e norte-americanas, por um lado, e os países do Eixo por outro” (p. 19) – chegou a Portugal em agosto de 1944, munido com um visto coletivo e, em dois navios, sendo dividido entre Lisboa e a Curia, esperando pela concretização da troca.

O Capítulo 1 (“O Grupo da Argentina”) trata da operação logística que envolveu a acomodação, em território português, do grupo de cidadãos alemães, composto por 159 funcionários diplomáticos e as suas famílias, provenientes da Argentina. A Legação alemã, em Lisboa, requisitou veículos à Cooperativa Lisbonense de Chauffers, para o transporte e distribuição daqueles “súbditos pelos vários hotéis e pensões da capital” (p. 23). Todavia, a finalização do processo de troca não foi tão rápida quanto se previa, sendo adiada constantemente, devido fundamentalmente aos avanços e à evolução de posicionamento dos exércitos Aliados que dificultaram as deslocações entre a Alemanha e a Península Ibérica, o que determinou que essas pessoas, instaladas em Lisboa e no Estoril, passassem para regime de “residência fixa” na Curia, uma localidade termal da região Centro que, até há bem pouco tempo, tinha recebido um número considerável de refugiados em fuga de Hitler e do conflito (Capítulo 2).

O vapor *Río Jáchal* regressaria à Argentina, na data combinada

não com os diplomatas e cidadãos argentinos integrantes da lista de troca, que viriam da Alemanha através de portos da Suécia, mas com outros cidadãos argentinos provenientes de França e de outros países ocupados, que se encontravam refugiados em Vigo e Madrid e que eram já esperados pelas autoridades em Lisboa (p. 28).

No verão de 1944, além dos habituais aquistas, encontravam-se ainda na Curia alguns refugiados, contudo não tiveram contacto direto com este grupo de cidadãos, a maioria manifestamente ligada ao regime nazi. À PVDE (designada por PIDE, a partir de 1945) competia a vigilância e o controlo rigoroso dos alemães, acompanhando e fiscalizando o seu quotidiano e as suas eventuais deslocações, o que não evitou, ainda assim, que dois cidadãos tivessem conseguido escapar. O atraso no processo de troca implicou o prolongamento da permanência do grupo na Curia, que se pressupunha provisória, até ao primeiro trimestre de 1945.

Nos Capítulos 3 e 4, o autor aborda a crescente preocupação dos Aliados, nomeadamente de diplomatas norte-americanos e britânicos, “perante a passividade do governo português em relação aos cidadãos alemães que se encontravam no país, nomeadamente no sentido de um maior controlo por parte das autoridades portuguesas” relativamente às suas atividades no país (p. 45),

para além da sua estada em Caldas da Felgueira (p. 63-107). Os alemães que, entretanto, ainda permaneciam no país nos primeiros meses de 1945, e face à situação grave e caótica que se vivia na Alemanha, pediram para permanecer em Portugal e para não serem repatriados para território alemão, alegando razões humanitárias. A tolerância do governo português para com estes 163 cidadãos alemães, incluindo mulheres, crianças e doentes, autorizados a permanecer no país, apesar de estarem envolvidos no processo de troca, explica-se fundamentalmente pelas simpatias que Salazar tinha em relação à Alemanha. Os restantes elementos daquele grupo inicial viajaram, nove meses depois, para a Alemanha, a 3 de maio de 1945, a bordo do navio *Drottningholm*. Como indica o autor, “a separação do grupo inicial, chegado a Portugal em agosto de 1944, deixou na Curia um grupo de mulheres e crianças, constituído essencialmente pelas esposas e filhos dos diplomatas e funcionários alemães” (p. 53). Oliveira Salazar escreveu, inclusive, no seu diário, sobre os locais onde os alemães que “devem ou teimem em ficar” deveriam fixar residência, tendo as despesas de alojamento sido pagas pela PIDE. Contrariamente, o Estado português não concedeu qualquer apoio financeiro aos refugiados que passaram, em fuga, por Portugal, anos antes.

O autor aborda ainda as razões – disponibilidade hoteleira e localização – que levaram à fixação de residência de alemães, em Caldas da Felgueira, bem como, a sua instalação repartida nas pensões e no Hotel da localidade (Pensões Milocas, Maial e Grande Hotel), a sua condição de isolamento (que determinou pedidos de transferência para outros locais), as repercussões socioeconómicas e culturais na vida local, o quotidiano e a sociabilidade, além dos pagamentos de todas as despesas de alojamento, de deslocações autorizadas e médicas, assegurados pela PIDE “através de uma quantia disponibilizada pelos Aliados ao Governo português”, que, por sua vez, tinha um compromisso “em relação à entrega de cidadãos alemães objeto de investigação e procura pelos Aliados” (p. 82). À semelhança dos refugiados da Segunda Guerra Mundial, os alemães em residência fixa estavam proibidos de trabalhar e de exercer qualquer profissão não tendo, por isso, qualquer meio de subsistência. Por não existir, nessa localidade, uma delegação da PIDE, o grupo de alemães era vigiado por um agente da polícia política de Coimbra ou de outras delegações próximas, destacado para o efeito (p. 76).

Nos Capítulos 5 e 6 (“O repatriamento de alemães” e “As primeiras partidas”), e face ao alargamento da pressão dos Aliados em relação à presença de “alemães indesejáveis” em Portugal, José Mouraz Lopes analisa o repatriamento destes funcionários e agentes com ligações ao regime nazi. Na ótica do Allied Control Committee (ACC), a sua presença no estrangeiro representava “um perigo ao

renascimento futuro do esforço de guerra alemão” (p. 113) exigindo, desse modo, a Portugal, que efetivasse o seu retorno à Alemanha. Como indica o autor, “a situação de indefinição dos alemães não repatriados em Portugal, ou mesmo a ‘recusa’ em cumprir os pedidos de repatriação para a Alemanha determinada por Salazar, prolongou-se aliás por 1946” (p. 117), dando-se o primeiro repatriamento, com destino a Hamburgo, a 5 de março desse ano. No fundo, a permanência daqueles cidadãos em residência fixa, em território português, “era uma situação transitória em função das circunstâncias, nomeadamente questões de interesse político do governo de Salazar, razões humanitárias ou a impossibilidade legal ou financeira de quem se encontrava nessas circunstâncias ter condições para partir para os locais de destino” (p. 123) o que, evidentemente, atrasou todo o processo e levou a que o último grupo de alemães apenas partisse de Portugal, com destino à Argentina (de onde tinham saído, com vista a regressar a território alemão, quatro anos antes), em 1948. O receio de espionagem e de propagação da ideologia nacional-socialista (o programa de desnazificação da Europa estava em curso) tornaram a posição portuguesa intolerável, forçando Salazar a repatriar definitivamente os alemães que ainda se encontravam no país (Capítulos 7 e 8).

No final do ano de 1948, e após a saída de todos os cidadãos alemães – para a Alemanha, para a Argentina ou para outro país da América do Sul – a localidade de Caldas da Felgueira regressou à sua

pacata condição de zona termal no interior de um país essencialmente rural. A sua população retornava à economia de subsistência agrícola, temperada por uma condição de sazonalidade decorrente do afluxo de aqistas durante os meses de verão com a consequente alteração temporal da vida local (p. 153).

Trata-se, por conseguinte, de um livro que aborda uma temática praticamente desconhecida da historiografia portuguesa contemporânea, lança questões pertinentes e debate, com base no cruzamento de documentos de arquivo, periódicos e História oral, a temática dos alemães, com ligações ao regime nazi, a residir temporariamente numa pequena aldeia do interior da Beira Alta, com a anuência e a proteção do governo de Salazar, no período imediatamente após o término da Segunda Guerra Mundial. José Mouraz Lopes acabou, assim, com o “mistério dos alemães” nesta localidade, que não eram refugiados, nem prisioneiros de guerra, mas sim um grupo de cidadãos alemães envolvido num processo de troca com cidadãos argentinos que se encontravam na Alemanha. Contudo, e apesar de ser um interessante contributo historiográfico e de abrir novas linhas de investigação, seria conveniente que este livro fosse confrontado com outras fontes, nomeadamente de arquivos internacionais, e

outras leituras, que nos poderão fornecer diferentes interpretações, sobretudo comparativas. A obra mostra, claramente, a forma como Salazar apoiou, não apenas financeiramente, a estada de alemães com proximidade ao regime nazi em Portugal, atitude que não teve para com os refugiados que deles procuraram escapar tendo-os tratado, por outro lado, com desconfiança e até um certo desprezo. Seria, portanto, proveitosa uma análise comparativa e aprofundada destes temas como, também, da confrontação do tipo de tratamento proporcionado por outros países a cidadãos alemães, na mesma circunstância, no período que medeia o final do conflito e o pós-guerra.

CAROLINA HENRIQUES PEREIRA
Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
carolinahenriques94@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7313-256>

